

O OPERADOR ARGUMENTATIVO AINDA: POLIFONIA E SUBJETIVIDADE DISCURSIVA

Ilioni Augusta da Costa

RESUMO

Este artigo apresenta, de forma sintética, dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos, cujo objeto de análise é o operador argumentativo *ainda*, em enunciados-títulos do jornal *Folha de S. Paulo*, anos 2006-2007. Adota-se, como referencial teórico, a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), desenvolvida por Oswald Ducrot, em parceria com Jean Claudé Anscombe e, mais recentemente, com Marion Carel. A TAL, ou Semântica argumentativa, parte do princípio de que a argumentatividade está inscrita na língua, entendida como um jogo de vozes com as quais o locutor concorda, das quais discorda ou as quais assimila. É justamente esse posicionamento do locutor diante dos variados pontos de vista possíveis em um dado enunciado, orientando o destinatário para determinada conclusão e não para outra, o que faz com que a língua se apresente como um “lugar” de subjetividades, em que o locutor busca a adesão do interlocutor às suas idéias.

Palavras-chave: Argumentatividade. Polifonia. Subjetividade.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo visa observar o comportamento de algumas palavras, como as denominadas denotativas (conforme gramáticas tradicionais), e de alguns morfemas adverbiais, com atenção especial ao operador *ainda*, em enunciados-títulos do jornal *Folha de S. Paulo* (FSP), anos 2006-2007 - e, após essa observação, descrever e explicar o valor argumentativo desse operador, especificamente naqueles enunciados; além de comprovar que esse morfema não exerce na língua em uso uma função meramente

acessória, conforme sustentam as gramáticas tradicionais, mas que, ao contrário, é essencial na construção dos sentidos.

A linha teórica que fundamenta este estudo é a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) ou Semântica Argumentativa, desenvolvida por Oswald Ducrot, em parceria com Jean Claude Anscombre. A TAL, ao longo de seus quarenta anos de existência passou por reexames, sofrendo algumas alterações conceituais, sem, contudo, perder de vista seu postulado principal: o de que “a argumentação está na língua”.

Ducrot parte do princípio de que a língua é um jogo, uma prática discursiva. Assim, cabe ao estudioso da linguagem investigar o modo por que, utilizando-se determinado tipo de enunciado, interrogativo ou imperativo, por exemplo, se obriga o interlocutor a determinado comportamento. Para o autor, essa obrigação de agir ou responder, impelida ao interlocutor, é efeito da própria enunciação, o que o leva a concluir que todo enunciado carrega uma qualificação de sua enunciação e que essa qualificação encerra o sentido do enunciado.

A língua é, na concepção ducrotiana, um lugar de embate entre sujeitos; estudá-la, portanto, requer que se vá além da descrição das estruturas frasais; ou seja, que se considerem os sentidos produzidos, quando da seleção pelo locutor, na construção dos enunciados, de algumas palavras e não de outras, a fim de orientar o destinatário para determinadas conclusões. Exemplificando, em um enunciado como (1):

(1) Estou cansado,

em uma situação em que locutor e destinatário falam sobre a exibição, naquele mesmo dia, de determinado filme a que ambos já tivessem manifestado interesse em assistir, o locutor, ao enunciar (1) “Estou cansado”, não o faz apenas para informar ao destinatário o seu estado físico e/ou psicológico. Se assim o fosse, sua fala resultaria absurda. Compreende-se que, talvez, por uma questão de economia linguística, em lugar de o enunciador dizer que, embora desejasse muito assistir ao filme, não iria ao cinema, porque se sentia cansado e preferia ficar em casa para repousar, ele enunciou (1) “Estou cansado”. Assim, para a

compreensão desse enunciado, o sentido deve ser procurado não em sua superfície linguística, mas nos motivos que levaram o locutor a enunciar-lo. Ao questionar-se por que o locutor disse o que disse, o alocutário, encontrará em (1), (1') "Embora eu quisesse ir ao cinema assistir a esse filme, não irei porque estou cansado".

Examinando-se os exemplos:

- (2) Pedro está na graduação;
- (3) Pedro ainda está na graduação;
- (4) Pedro já está na graduação;

observa-se que a informação veiculada pelos enunciados é a mesma. Assim, teríamos em (2), (3), (4) a informação de que "Pedro faz curso superior".

Imagine-se, agora, uma situação em que alguém, criticando o comportamento de Pedro, comentasse que ele se dedica pouco ao trabalho e à família, e ouvisse de seu interlocutor, como justificativa para a atitude do rapaz - e em sua defesa -, que "Pedro está na graduação". Nesse caso, (2) deixa de ser simplesmente uma asserção, com valor constativo, e passa a caracterizar um enunciado cuja orientação argumentativa é equivalente a (2') "Pedro não tem tempo para se dedicar mais ao trabalho e à família, porque ele faz curso superior".

Verifica-se em cada um dos enunciados de (2) a (4) estatuto diferente, ou seja, orientações argumentativas diversas. Observa-se em (3) "Pedro ainda está na graduação" e em (4) "Pedro já está na graduação", que nos próprios enunciados há marcas linguísticas que orientam o destinatário para determinada conclusão.

Aparentemente, tem-se, em (3) um julgamento do enunciador que aponta para o sentido de que "Pedro não tem tempo para o trabalho e para a família, porque está atrasado em sua formação acadêmica, precisa dedicar-se aos estudos". Avaliação que, mesmo justificando a falta de tempo de Pedro, depõe contra ele no que diz respeito ao nível de escolaridade.

Já em (4) “Pedro já está na graduação”, verifica-se que, em função da presença do operador *já*, esse enunciado, ao contrário de (3), além de justificar a falta de tempo de Pedro para o trabalho e a família, é favorável a ele quanto ao nível de formação acadêmica. Tem-se em (4) - com a presença do operador *já* -, como possibilidade de interpretação, que “Pedro está, em compensação, academicamente adiantado”. Ou seja, em (4)), a atitude de Pedro em dedicar-se pouco à família e ao trabalho justifica-se pelo fato de ele empenhar-se em seus estudos. Assim, estar academicamente “adiantado” está posto como uma forma de compensação.

As possibilidades de interpretação orientadas por (3) e (4) se verificam em função de marcas discursivas que, nos enunciados, mostram o raciocínio que o ouvinte deve ter para chegar a determinada conclusão. Ou seja, esses operadores, uma vez constituintes de enunciados, produzem neles uma reorganização semântica, determinando os encadeamentos possíveis (ou proibidos) no encadeamento discursivo.

Os efeitos de sentido acrescidos por *ainda* e *já* são, aparentemente:

- (3) Pedro ainda está na graduação. (está academicamente atrasado);
- (4) Pedro já está na graduação. (está academicamente adiantado);

o que significa que esses operadores não têm função apenas acessória, conforme postulam as gramáticas tradicionais. Eles funcionam, nos enunciados descritos, como marcas linguísticas que revelam o caráter persuasivo do próprio ato de enunciar, orientando o destinatário para a adesão do ponto de vista com o qual o locutor concorda.

A escolha do operador *ainda* para estudo justifica-se, em primeiro lugar, pelo fato de ele pertencer à categoria dos termos considerados “meramente” circunstancias, sempre relegados a um plano secundário pelas gramáticas tradicionais - conforme postulados da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) -, tanto do ponto de vista morfológico, quanto sintático e semântico; e, em segundo lugar, por serem poucas as pesquisas linguísticas, em língua portuguesa, em que o operador *ainda* seja tema de estudo.

De acordo com Koch (1984, p. 103),

É a macrossintaxe do discurso – ou semântica argumentativa – que vai recuperar esses elementos, por serem eles justamente que determinam o valor argumentativo dos enunciados, constituindo-se, pois, em marcas linguísticas importantes da enunciação (grifos da autora).

A linguagem jornalística, tradicionalmente, com o propósito de atribuir maior veracidade aos fatos relatados, se apresenta como neutra, pois, conforme afirma Martins (2001, p. 22), no *Manual da Redação da Folha de S. Paulo*, “A busca da objetividade jornalística e o distanciamento crítico são fundamentais para garantir a lucidez quanto ao fato e seus desdobramentos [...]”. Dessa forma, a fidedignidade no relato dos fatos, em textos jornalísticos, permitiria que o leitor chegasse às próprias conclusões, sem sofrer influências das escolhas do redator.

Embora na mesma obra (p. 45), haja o reconhecimento de que “Não existe objetividade em jornalismo”, em recomendação posterior, lê-se que “Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse”.

De acordo com Koch (1984, p. 17), “A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade” (grifo da autora). Assim, podem-se observar, nos títulos jornalísticos selecionados para análise, direcionamentos para conclusões que expressam o sentido pretendido pelo redator.

No entanto, como uma descrição linguística de base estruturalista, conforme postula o próprio Ducrot, não insere em seus estudos o sujeito no mundo (neste caso, o redator), visto não trabalhar com a equivalência língua/realidade, identifica-se nesse tipo de pesquisa a figura do locutor – responsável pelo enunciado – que, por sua vez, põe em cena vozes, pontos de vista de enunciadores com os quais pode ou se identificar ou concordar ou, ainda, dos quais pode discordar.

A propósito da posição do locutor, diante dos pontos de vista dos enunciadores, Ducrot (1984, p. 193) afirma que:

[...] pode se manifestar seja porque ele se assimila a este ou aquele dos enunciadores, tomando-o por representante (o enunciador é então atualizado), seja simplesmente porque escolheu fazê-los aparecer, e que sua aparição mantém-se significativa, mesmo que ele não se assimile a eles [...]

Desse modo, partindo-se do postulado ducrotiano da não-unicidade do sujeito, e, amparando-se na teoria da polifonia, procura-se identificar não só as vozes que se fazem “ouvir” nos enunciados-títulos selecionados como também a postura do locutor diante dessas vozes.

Nessa perspectiva, da Semântica Argumentativa, a linguagem deixa de ser entendida como uma atividade de codificação e descodificação de signos linguísticos ou de transmissão de pensamentos, e passa a ser entendida como um *jogo*, do qual participam diferentes enunciadores, que nem sempre são assimilados pelo locutor.

2. ALGUNS CONCEITOS DA TAL

Partindo-se do princípio de que o sentido não é inerente à frase fora de qualquer situação de uso, mas produzido no interior de uma situação discursiva, há que se acatar a tese de Ducrot (1984, p. 90), segundo a qual “[...] o valor referencial do enunciado e, por consequência, as informações que ele dá, dependem do ambiente no qual ele é empregado – já que é o ambiente que permite dar um referente às expressões dêiticas [...]”.

Outros conceitos da teoria saussuriana são mantidos por Ducrot na Teoria da Argumentação na Língua. Saussure postula que a língua é um sistema formado por um lado social, a *langue*, e um lado individual, a *parole*, sendo ambas inseparáveis; por razões metodológicas; Ducrot, assim como Saussure, elege a *langue* como objeto de estudo da Linguística, defende, no entanto, que a semântica linguística estude a língua em uso, ou seja, o semanticista coloca no bojo dos estudos linguísticos a própria fala.

O sentido, na TAL, corresponde ao valor, no estruturalismo, ou seja, às relações paradigmáticas e sintagmáticas entre um signo e outros signos. No entanto, Ducrot lança mão, em sua teoria apenas das relações sintagmáticas, aquelas responsáveis pelos encadeamentos discursivos.

O autor elabora, ainda, a distinção entre frase, enunciado e enunciação. Para Ducrot, a frase representa uma entidade linguística abstrata; o enunciado, a ocorrência particular da frase; e a enunciação, a ação de produzir este ou aquele enunciado, ou seja, a realização concreta da frase. Enquanto a frase é idêntica a si mesma, em qualquer ocorrência, o enunciado apresenta várias possibilidades de interpretação, conforme a situação de uso. Daí considerar-se para a frase uma primeira interpretação, um 'sentido literal' e, para o enunciado, as circunstâncias da enunciação, que produziriam uma segunda interpretação, sobre a qual o 'sentido literal' recairia.

Segundo Ducrot (1984, p. 93), um mesmo enunciado pode ser interpretado de diferentes modos, conforme “[...] as diferentes imagens que o interpretante pode fazer da situação de discurso”, mas cabe ao locutor o compromisso, a responsabilidade, apenas com o 'sentido literal' do que fora dito.

A interpretação do sentido do enunciado, numa concepção polifônica de sujeito, perpassa a identificação do(s) locutor(es) e do(s) enunciator(es) responsável(eis) pela enunciação. Além disso, a análise semântica deve descrever a posição que o locutor ocupa em relação ao(s) enunciator(es): se o locutor se identifica com o enunciator; se o aprova; ou se a ele se opõe.

3. DESCRIÇÃO LINGUÍSTICA: A POSIÇÃO DO LOCUTO

Analizam-se, a seguir, três enunciados-títulos do jornal *Folha de S. Paulo*. Nos dois primeiros o operador *ainda* é utilizado em enunciado negativo. Enquanto em (01), “Seis dias depois do desabamento, Alckmin

ainda não comenta caso”, o *ainda* antepõe-se ao morfema não, em (02), “Não é ainda caso de suicídio”, esse operador pospõe-se a ele. No enunciado-título (03), descreve-se o valor semântico de *ainda* em frase comparativa, acompanhado do morfema *mais*.

Observem-se, os enunciados, seguidos de excertos da matéria a que serviram de título:

(01) Seis dias depois do desabamento, Alckmin ainda não comenta caso (FSP, Cotidiano, 19-01-2007)

Seis dias depois do desabamento, Alckmin ainda não comenta caso

DA REPORTAGEM LOCAL

Seis dias depois do pior acidente na história do metrô de São Paulo, o ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) ainda não se manifestou sobre as vítimas nem sobre a contratação pelo tipo “turn key” (chave na mão, em tradução livre).

Contra o tucano pesa a crítica de ter feito uma contratação que deu autonomia ao Consórcio Via Amarela de se autofiscalizar na execução da obra.

[...]

Alckmin vem sendo procurado pela Folha desde segunda. Extra-oficialmente, seus assessores afirmam que ele não quer politizar um problema técnico.

(FSP, 19 de janeiro de 2007)

O enunciado-título (1) “Seis dias depois do desabamento, Alckmin ainda não comenta caso”, refere-se à postura do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, diante do desabamento das obras do metrô,

naquela cidade. Como governador, na época da contratação da empresa responsável pela obra, caberia a Alckmin o compromisso de zelar pela qualidade das obras públicas, e, inclusive, de prestar contas à população sobre a contratação das empresas que realizam essas obras.

Em (1), o locutor expressa sua opinião a respeito da postura do ex-governador de recusar-se a dar entrevistas sobre o assunto. O operador *ainda*, nesse enunciado, posposto à informação dos dias transcorridos após o desabamento, aponta para a conclusão de que o ex-governador já deveria ter-se manifestado sobre o acidente e orienta para a conclusão de que ele está sendo omissos na sua função, ao negar à população informações sobre a responsabilidade do desabamento.

O julgamento do locutor aponta para uma conclusão desfavorável ao ex-governador, o que se pode verificar na continuidade do discurso, em que se lê: “Contra o tucano pesa a crítica de ter feito uma contratação que deu autonomia ao Consórcio Via Amarela de se autofiscalizar na execução da obra.” Nesse excerto, o que se critica é o fato de o ex-governador ter-se eximido da responsabilidade administrativa de fiscalizar os trabalhos da empresa contratada, permitindo que ela mesma julgasse a qualidade de seus serviços, o que, evidentemente, deixa margens para negligência na avaliação.

Retirando-se desse enunciado o operador argumentativo *ainda*, tem-se (1a) “Seis dias depois do desabamento, Alckmin não comenta caso”, em que, embora se mantenha o mesmo conteúdo informacional de (1) sobre a postura de Alckmin em não falar sobre o acidente, após seis dias do acontecimento, não se direciona para a conclusão de que o ex-governador já deveria ter-se pronunciado sobre o assunto, ponto de vista de um enunciador com o qual o locutor se identifica.

O *ainda*, dessa forma, não tem em (1) função apenas de relacionar uma circunstância de tempo (passado/presente) ao fato relatado; mais que isso, apresenta-se como um marcador argumentativo com função fundamentalmente persuasiva, pois não só marca a posição do locutor em relação aos pontos de vista que o enunciado apresenta, mas também orienta o destinatário para determinada conclusão.

Observa-se, também, que, em (1) “Seis dias depois do desabamento, Alckmin ainda não comenta caso”, o operador *ainda* se refere a um mesmo fato que ocorria no passado e que ocorre no presente, mas não parece indicar para mudanças desse fato no futuro. Esse enunciado não parece direcionar para o sentido de que Alckmin em um futuro, próximo ou não, vai se manifestar sobre o desabamento das obras do metrô, o que até poderia favoravelmente ao ex-governador, mas para a conclusão, desfavorável a Alckmin, de que o ex-governador já deveria ter falado sobre o assunto.

Isso posto, a análise do enunciado (1), em que operador *ainda* constitui enunciado negativo, e está anteposto ao *não*, inicialmente, contraria o que postula Ducrot (1981, p. 200), ao afirmar que “todo enunciado do tipo X está ainda no estado E no momento t”, tem como pressuposto que “Num momento ulterior t, X não estará no estado E”. Visto que, aparentemente, e em conformidade com os encadeamentos observados na matéria subsequente ao título, não há orientação para a conclusão de que a atitude de Alckmin (de não falar sobre o desabamento) sofrerá qualquer alteração, ao contrário, o que se sustenta é o direcionamento para a conclusão de que o ex-governador manter-se-à em silêncio quanto ao fato.

Já o enunciado-título (2), “Não é ainda caso de suicídio”, em que o *ainda* está posposto ao verbo, diferentemente de (1), já admite a possibilidade de mudança do estado de coisas em um momento ulterior à enunciação, conforme:

(2) Não é ainda caso de suicídio (FSP, Opinião, 25 janeiro de 2007)

Não é ainda caso de suicídio
Clóvis Rossi

DAVOS - A crise do jornalismo, o impresso pelo menos, entrou na agenda do encontro anual 2007 do Fórum Econômico Mundial. Pena que tenha sido em sessão fechada, com a participação de cerca de 80 jornalistas tidos como entre os mais “respeitados e influentes” do planeta.

Não posso, portanto, reproduzir o inteiro teor da discussão, mas resgato uma avaliação e uma pesquisa (do Gallup) que vão na contramão da perspectiva de fim dos jornais (ao menos do jornal em papel). A frase é de Mathias Döpfer, executivo-chefe do grupo de mídia alemão Axel Springer, publicada no ano passado pelo “Die Welt”: “Precisamos tomar cuidado para não cometer suicídio por medo de morrer.

Alarmem-se, portanto, os leitores: não me sinto estimulado a cortar os pulsos. Ainda há vida para o jornalismo impresso, a única atividade remunerada que tive.

A pesquisa do Gallup é mais eloquente. Feita com 55 mil pessoas de 60 países (o Brasil não está na lista), mostra que a mídia tradicional ainda é, de muito longe, a fonte principal tanto de informação como de análise.

[...]

(FSP, Opinião, 25 de janeiro de 2007)

A matéria a que (2) serve de título trata de uma hipotética crise no jornalismo impresso, suplantado pelos meios eletrônicos de informação. O enunciado em questão “Ainda não é caso de suicídio” responderia à afirmação de um executivo-chefe de mídia alemão, Axel Springer, segundo o qual “Precisamos tomar cuidado para não cometer suicídio por medo de morrer”. Ou seja, atesta-se, em (2), a tese ducrotiana de que há em um enunciado negativo, pelo menos, dois enunciadores: o primeiro que afirma um fato, e o segundo que, opondo-se a ele, nega esse fato. O primeiro enunciador de (2) se apresenta pela retomada do conteúdo do enunciado do executivo-chefe de que existe possibilidade de suicídio, e o segundo enunciador se apresenta como aquele que nega essa possibilidade, por meio do morfema *não*.

Para negar a hipótese de suicídio premente teorizada por Springer, o locutor desse enunciado-título se apóia em uma pesquisa do Gallup, cujo

resultado é o de que a mídia tradicional ainda é a mais importante fonte de informação. No entanto, não se pode negar que o assunto sobre o fim do jornalismo impresso está em discussão e, provavelmente, aflige os profissionais da área. Assim, esse *ainda*, mesmo negando a hipótese de suicídio, manifestada por outrem em um momento anterior, admite que alguém aventou essa possibilidade para um tempo que há de vir. O operador *ainda*, nesse enunciado, remete a uma enunciação anterior (de um primeiro locutor) e expressa uma apreciação do locutor responsável por (2) sobre o mesmo tema, mas num momento atual, sem demonstração explícita do compromisso ou da certeza de que a realidade permanecerá a mesma no futuro. Com relação aos pontos de vista apresentados em (2) “Não é ainda caso de suicídio”, o locutor, responsável pelo material linguístico desse enunciado, opõe-se a E1 e se identifica com E2 e com E3. Ao se identificar com E2 e E3, esse locutor orienta o destinatário tanto para a conclusão de que o presente nega a hipótese levantada por E1 no passado, quanto para a conclusão de que esse estado de coisa pode se modificar no futuro.

Para a análise do enunciado (3), “Lula ainda mais forte”, utilizam-se os estudos de Vogt (1977), que, ao analisar enunciados de estrutura comparativa, com o propósito de evidenciar o caráter argumentativo desse tipo de estrutura, inscreve em sua pesquisa operadores como *mesmo*, *também* e *ainda*. Conforme esse pesquisador (1977, p. 97), o operador *ainda* introduz no enunciado em que está inserido “[...] a marca da apreciação do locutor”.

Vogt, no estudo da comparação, (op. cit., p. 106) afirma que o termo *ainda* representa uma apreciação de excesso por parte do locutor e explica que uma estrutura comparativa do tipo A *é ainda mais f que* B, significa: “a) $f(a) > f(b)$: o que é dado pelo *mais*; b) ter uma ‘efidade’ superior à ‘efidade’ de B é um excesso: o que é dado pelo *ainda*”.

A partir das conclusões a que chegou Vogt em seus estudos, analisa-se, a seguir, o enunciado-título (3) “Lula ainda mais forte”, de estrutura comparativa:

(3) “Lula ainda mais forte” (FSP, Opinião, 17-03-2007);

FERNANDO RODRIGUES

Lula ainda mais forte

BRASÍLIA - Lula foi reeleito em 29 de outubro do ano passado. Mais de quatro meses e meio depois, está apenas finalizando sua reforma ministerial. Deve concluí-la antes do feriado de Páscoa.

Nesse período, o petista aproveitou para demonstrar desprezo por muitos partidos da coalizão governista. Eis uma breve lista: 1) PT - Marta Suplicy foi fritada em público. Deve ficar com uma pasta de segunda linha, o Turismo.

Nenhum petista foi escolhido para cargos de liderança no Congresso nem para a articulação política dentro do Planalto;

2) PMDB do Senado - Renan Calheiros foi humilhado. Lula não o atendeu por telefone. O Planalto destruiu a pretensão de Nelson Jobim de comandar a legenda;

3) PMDB da Câmara - pensa ter recebido dois ministérios. Só um está confirmado, e veio pela cota do governador da Bahia, Jaques Wagner - como recompensa ao aliado local, Geddel Vieira Lima. A outra pasta ainda é uma incógnita;

4) PSB e Ciro Gomes - ficaram à míngua. Lula queria Ciro ministro. Ciro não quis. O PSB perdeu a Integração Nacional. Essa desenvoltura de Lula é incomum para presidentes em segundo mandato. Em geral, depois da reeleição, os políticos se fragilizam. Param de exalar perspectiva de poder.

Com o petista ocorre o oposto: parece hoje mais à vontade e forte do que em 2003, quando tomou posse pela primeira vez.

[...]

(FSP, Opinião, 17 de março de 2007)

O enunciado (3), a partir do qual se produz (88a) “Lula mais forte” - sem o operador *ainda* - apresenta, por meio do advérbio *mais*, estrutura

comparativa cujo pressuposto é o de que “Lula estava forte” e posto o de que “Lula permanece forte”. No entanto, essa característica “de estar forte”, no momento da enunciação, mostra-se mais acentuada que no passado, visto que o *mais* expressa a superioridade de A (Lula) em dois momentos, em uma escala que se poderia representar da seguinte forma:

↑ A está mais forte (agora)
| A estava forte (antes)

Nesse caso, o morfema *ainda* perde a característica de elemento pressuposicional, assumida, agora, pelo *mais* e orienta não só para a conclusão de que a “efidade” de A está hoje superior ao que era antes, mas também para a conclusão de que essa superioridade é excessiva, o que se pode representar numa escala como:

↑ A está ainda mais forte (no momento da enunciação)
| A estava mais forte (num passado mais próximo ao momento da enunciação)
| A estava forte (num passado mais distante)

Identificam-se, em (3) “Lula ainda mais forte”, um E1: responsável pelo ponto de vista coletivo, segundo o qual Lula estava forte no passado; um E2: responsável pelo ponto de vista, segundo o qual a característica de “estar forte” de Lula se intensificou, referência a um passado mais próximo ao momento da enunciação; um E 3: responsável pelo ponto de vista, segundo o qual a característica de “estar forte” de Lula, no presente, é excessiva.

Em relação aos pontos de vista desses enunciadores, o locutor concorda com E1, incluindo-se em um sentimento coletivo, e com E2, reconhecendo que a característica de “ser forte” de Lula se intensificou em relação ao passado; e se identifica com E3, assumindo o ponto de vista de que essa característica de “estar forte”, no presente, é excessiva.

Quanto aos encadeamentos discursivos, que compõem a matéria em questão, verifica-se que o enunciado (3) sugere a existência de um outro enunciador, E4, para o qual Lula estaria se enfraquecendo. Esse E 4 só

se torna identificável, a partir das informações expressas na matéria de que: “Em geral, depois da reeleição, os políticos se fragilizam” e de que com Lula (identificado na sequência textual como “o petista”) ocorreu o contrário: “Com o petista ocorre o oposto: parece hoje mais à vontade e forte do que em 2003, quando tomou posse pela primeira vez.”. O locutor de (3) se opõe ao ponto de vista de E4, não partilha com ele da opinião de que Lula estaria fragilizado, consequência natural de uma reeleição, conforme o texto.

Verifica-se que, diante dos pontos de vista de diversos enunciadores, o locutor só se responsabiliza por um: o que se expressa por meio da inserção do operador *ainda*, orientando para a conclusão de que a característica de “estar forte” de Lula, hoje, não é apenas superior à do passado, mas ultrapassa os padrões da “normalidade”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões deste estudo não se pretendem definitivas. Objetiva-se que as análises aqui desenvolvidas se somem às já existentes e incentivem outras que, de forma mais ampla e aprofundada, possam mostrar o valor argumentativo de alguns morfemas, relegados a um plano secundário pelas gramáticas tradicionais.

Conforme a teoria de que se serviu para o desenvolvimento desta pesquisa, a argumentação não se acrescenta à língua, mas está inscrita na língua. Desse modo, e considerando que ninguém fala por acaso (princípio segundo o qual toda fala é motivada), o próprio evento enunciativo já anuncia a intenção de um locutor de operar alguma mudança em seu interlocutor, mudança essa no sentido de levar o destinatário a aderir ao seu ponto de vista.

A decisão de se escolherem títulos jornalísticos para a constituição do *corpus* desta pesquisa não foi aleatória; justifica-se pelo fato de que se considera o título como texto de apelo fundamental para despertar o interesse pela leitura da matéria. E, ao contrário do que preconizam alguns manuais sobre textos jornalísticos, a propósito da existência de

um distanciamento entre o redator - representado na teoria da Semântica Argumentativa ducrotiana pelo locutor - e o relato, o que invariavelmente se verifica é que, ao fazer ouvir variadas vozes no enunciado-título, concordando com umas, opondo-se a outras e assumindo outras em particular, o locutor revela seu ponto de vista e direciona o leitor/destinatário para determinada conclusão e não para outra.

O sentido, assim, não preexiste à enunciação, mas se constrói a partir da combinação de uma série de aspectos, entre os quais se destacam a seleção lexical (as palavras são providas de força argumentativa e permitem ou não alguns encadeamentos), a sequência discursiva, os implícitos e as pressuposições, entre outros.

Dessa forma, após a observação de alguns enunciados constituídos pelo operador *ainda*, conclui-se nesta pesquisa que:

- 1) nem sempre o operador *ainda* é pressuposicional, como em enunciados com *ainda mais*, em que a pressuposição é dada pelo *mais*, cabendo ao *ainda* o papel de marcador de excesso;
- 2) em língua portuguesa, quando pressuposicional, o *ainda* nem sempre direciona para a conclusão de que alguma alteração ocorrerá, num momento posterior à enunciação, no estado de coisas descrito: às vezes o *ainda* remete ao momento passado, descreve presente, mas não se reporta ao futuro;
- 3) aparentemente, o operador *ainda*, posposto ao verbo, em enunciados negativos, orienta para o sentido de que, possivelmente, o estado de coisas de que se fala sofrerá alteração no futuro; e, finalmente,
- 4) é por meio do operador argumentativo *ainda* que o locutor assinala o seu ponto de vista sobre o assunto de que trata e direciona o interlocutor à adesão a esse ponto de vista.

O operador argumentativo *ainda* revela-se, desse modo, um potencial elemento marcador de subjetividade e suprime o caráter de objetividade de qualquer texto, jornalístico ou não.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lucimar de. *Análise semântica de operadores argumentativos em textos publicitários*. 2001. 169 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

AZEVEDO, T. M. de. Os Conceitos de Texto e Discurso em três momentos da teoria de Ducrot. *Letras de Hoje: Estudos e debates de assuntos de linguística, literatura e língua portuguesa*, Porto Alegre: Edipuc-RS, 2002.

BARBISAN, L. B.; TEIXEIRA, M. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. *Organon*. Porto Alegre, v. 16, nº 32 e 33. pp. 161-180. 2002.

_____. Por uma abordagem argumentativa da linguagem. In: GIERING, M. E.; TEIXEIRA, M. (Org.). *Vale do Rio dos Sinos*: Ed. UNISINOS. pp. 57-77. 2004.

_____. A definição argumentativa do léxico no discurso. In: VI Congresso Latinoamericano de Estudios del Discurso, 2005, Santiago. *América Latina en su discurso*, 2005.

_____. (Org) A construção do sentido no discurso. *Cadernos de Pesquisas em Linguística*. Porto Alegre, v.2, n.1, nov/2006.

BENVENISTE, Émile. A linguística comporta a enunciação. In. Flores. V. do N.; Teixeira. M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La Semântica Argumentativa: Una introducción a la teoría de los bloques semânticos*. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CORACINI, Maria José. R. F. *Uma Unidade Subjetiva (Caracterização e aprendizagem)*. Uberlândia: Letras & Letras, 1988.

CUNHA, C.; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUCROT, Oswald. *Dizer e não dizer: Princípios de Semântica Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *Provar e dizer: Linguagem e Lógica*. São Paulo: Global, 1981.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Polifonia y Argumentacion*. Cali: Colômbia: Universidade del Valle, 1988.

_____. Argumentação e “topoi” argumentativos. In. Eduardo Guimarães (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, p. 13-39, 1989.

Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. Foco e Pressuposição. In: ___. (Org.) Foco e Pressuposição. Uberaba: Instituto de Letras das Faculdades Integradas São Tomás de Aquino. 1978, p. 25.

KOCH, Ingedore G. Villaça. (1989). *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1993.

_____. *A Inter-Ação pela Linguagem*. (1992). São Paulo: Contexto, 2001.

_____. (1984). *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. (2003). São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Rocha. (1972). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

MARTINS, Eduardo. *Manual da Redação: Folha de S. Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2001.

Nomenclatura Gramatical Brasileira. In Buarque de Holanda Ferreira, Aurélio. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1986.

NEGRONI, M.M.G. Lengua, argumentación y polifonia. signoeseña. *Revista Del Instituto de Linguística*. Buenos Aires, n.9, 1998.

PAULA, Orlando de. Operadores Lógicos e Operadores Discursivos: emprego e leitura em textos jornalísticos. *Revista de Ciências Humanas*. Taubaté, v.9, n.2, p.165-171, jul-dez 2003.

PAULINO, Graça et all. *Intertextualidades: teoria e prática*. 2 ed. Belo Horizonte: Lê, 1997.

SILVA, Adilson V. da. *A poesia em Ducrot*. 2006. 93 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem – IEL/UNICAMP, Campinas: 2006.

SILVA, Soeli Schreiber da. *Argumentação e polifonia na linguagem*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. São Paulo: Ática. 1977.

_____. *Linguagem, pragmática e ideologia*. Campinas: HUCITEC, 1980.